PUC Minas
CENÁRIOS PUC MINAS
ConjunturaInternacional
ano 4 • nº 06 • 11 a 17/03/2007 • ISSN 1809-6182

Resenhas

09/03/2007 – Rússia vende sistema antimíssil para o Irã..... p.01

A compra do sistema de defesa aéreo por parte do Irã acontece em um momento bastante delicado, no qual a Rússia busca afirmar-se novamente como ator preponderante no sistema internacional e o Irã sofre fortes pressões por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a suspensão de seu programa nuclear.

16/03/2007 – A queda na bolsa de Xangai..... p.05

O anúncio de que o governo chinês aumentaria os mecanismos de controle de capital levou a uma queda na bolsa de Xangai e, num efeito dominó, às do mundo todo. No entanto, a crise também está ligada a outros fatores menos imediatos, como a possibilidade de recessão nos Estados Unidos e de diminuição no crescimento econômico chinês.

16/03/2007 – China testa míssil para destruição de satélites..... p.08

No dia 11 de janeiro de 2007, a China realizou um teste de míssil anti-satélite, que causou certa inquietação internacional.

16/03/2007 – Japão indica interesse em reformular seu aparato militar..... p.10

Eleito em 2006, Shinzo Abe chega ao governo Japonês e segue com o programa nacionalista, porém, vai mais longe e procura modificar a constituição "pacífica" do País.

24/03/2007 – O Preço da Energia p.13

Paralelamente à política de Evo Morales quanto ao gás natural boliviano, desde dezembro de 2006 os ministros da fazenda de Brasil e Paraguai discutem um possível ajuste de preços da energia gerada pela Usina Binacional de Itaipu.

Rússia vende sistema antimíssil para o Irã

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
09 de março de 2007

A compra do sistema de defesa aéreo por parte do Irã acontece em um momento bastante delicado, no qual a Rússia busca afirmar-se novamente como ator preponderante no sistema internacional e o Irã sofre fortes pressões por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a suspensão de seu programa nuclear.

Pouco mais de um ano após o acordo entre Rússia e Irã em dezembro de 2005, chegam ao território iraniano 29 unidades do sistema antimíssil russo chamado Tor-M1. Segundo o governo russo, tal sistema tem apenas objetivos defensivos, possuindo alcance limitado, restrito ao território iraniano.

Tal transação ocorre em um momento bastante delicado para o Irã, dadas as fortes pressões que vêm recebendo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para interromper seu programa nuclear. Em 23 de dezembro de 2006, por meio de uma resolução, o CS determinou a suspensão do programa iraniano. A resolução seria fruto da não possibilidade dos inspetores da AIEA em determinar se o programa possuía ou não fins pacíficos.

A resolução do CS proíbe também qualquer país de fornecer material ou tecnologia que possam ser utilizados pelo Irã na suposta atividade de enriquecimento de material radioativo com fins bélicos. Como se pode perceber, a transação entre os governos russo e iraniano não representa um descumprimento à resolução do CS, dado que a primeira diz respeito à aquisição de armamento convencional.

Compondo os cinco países que fazem parte do CS, a Rússia age de forma contraditória ao vender o sistema antimíssil ao Irã. Encontra-se dentro do espectro de possibilidades de decisões do CS a utilização da força, sob a alegação de que o programa iraniano constituiria uma ameaça à paz. Ainda assim, a Rússia acaba por fortalecer a capacidade de defesa do país, inclusive contra uma ação autorizada pelo CS.

Os EUA, sob a alegação de que querem se defender de possíveis ataques de mísseis iranianos, negociam a instalação de bases militares estadunidenses em países anteriormente pertencentes à União Soviética. Tais países já fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a instalação de bases em seus territórios acaba por somar-se à crítica russa quanto à expansão da OTAN em direção leste.

Segundo Vladmir Putin, presidente russo, a expansão da OTAN tem por conseqüência o comprometimento da confiança mútua e, a instalação de sistemas antimísseis no leste europeu poderia alterar o equilíbrio de poder na

região[1].

Em relação ao comportamento estadunidense, dois argumentos podem ser apontados. Primeiramente, de acordo com Moscou, o Irã não possuiria um artefato capaz de atingir os EUA. Alemanha, Espanha e França apresentam-se reticentes sobre a necessidade da instalação de tal sistema, assim como a maior parte da população tcheca e polonesa.

Entretanto, especula-se quanto à utilização do recém anunciado programa espacial iraniano para a produção de mísseis balísticos intercontinentais, que poderiam ser desenvolvidos baseados nos foguetes espaciais. Dessa forma, a Europa e os Estados Unidos passariam a estar sob a zona de alcance de um possível ataque iraniano.

Atualmente, sabe-se que o Irã possui foguetes de médio alcance, 1.200 km, capazes de atingir Israel. Com apoio secreto russo, segundo o jornal britânico *Telegraph*, o Irã estaria desenvolvendo sua capacidade, o que poderia ter criado uma versão aprimorada do Shahab-3, com alcance de 1.900 km.

A Rússia que, assim como a China, posicionou-se primeiramente contra a imposição de sanções contra o Irã por parte do CS, mantém laços econômicos mais estreitos com o país islâmico e, como já apontado anteriormente, é um forte colaborador em questões militares também. Compondo o quadro atual, pode-se apontar a iniciativa russa de produzir mísseis balísticos intercontinentais, do tipo Topol-M, supostamente capaz de penetrar qualquer sistema de defesa antimíssil.

Caracterizando um contexto mais abrangente, percebe-se a mudança de posicionamento do governo russo no sistema internacional, buscando a retomada de uma posição de preponderância, perdida com o esfacelamento da União Soviética. Essa busca explica a chamada "nova doutrina militar" anunciada pelo Conselho de Segurança russo. Aparentemente, esta doutrina busca fazer um contraponto à OTAN, que garantiria os interesses dos países ocidentais.

Pode-se apontar também que a China vem investindo ultimamente em mísseis de longa distância, assim como o Reino Unido e os EUA investem em artefatos nucleares ofensivos.

Cabe salientar que a recusa por parte do Irã em suspender seu programa nuclear tem gerado um aumento na tensão entre as partes negociantes, com destaque para os Estados Unidos da América (EUA). São recorrentes os apontamentos quanto à possibilidade de um ataque estadunidense ao Irã, enquadrado pelo primeiro como pertencente ao chamado "Eixo do Mal".

Aparte as especulações quanto a tal possibilidade, é interessante perceber como os fatos apresentam uma maior preocupação quanto à segurança por parte dos Estados envolvidos nas negociações com o Irã. Estes que, em sua maioria, encontram-se geograficamente próximos ao governo de Teerã.

Dessa forma, surgem algumas análises de que o quadro atual poderia apresentar-se como uma corrida armamentista. Seria interessante notar que a discrepância de capacidade constrange fortemente o processo descrito. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, os três maiores gastos militares em 2005 foram justamente de países da OTAN: EUA (US$ 478,2 bilhões), Reino Unido (US$ 48.3 bilhões) e

[1] Segundo Kenneth Waltz, teórico de Relações Internacionais, o propósito da balança de poder seria a manutenção da estabilidade do sistema, de forma a não comprometer a multiplicidade de Estados que o compõem. Assumindo a possibilidade de que força seja usada para destruir ou enfraquecer outros Estados e que os Estados buscam a autopreservação, as balanças de poder se estabeleceriam buscando o equilíbrio de forças, de modo a restringir as aspirações de poder de seus membros.

França (US$ 46.2); representando quase 60% dos gastos mundiais com forças armadas. A China viria em quinto lugar, com US$ 41.0 bilhões; e a Rússia em nono, com US$ 21 bilhões.

Ainda que haja uma corrida armamentista, constata-se que a presente situação demonstra que a distribuição das capacidades bélicas apresenta-se fortemente desigual. Mesmo que se restrinja o processo à Eurásia, não é nada razoável desconsiderar o papel que os EUA poderiam ter na região, dada sua capacidade desproporcional de intervir em questões de segurança.

De qualquer forma, a recente venda do sistema russo para o Irã indica certa importância que o país tem para a política externa russa, ao mesmo tempo em que reafirma a atuação mais incisiva da Rússia na região. Compondo o quadro mais abrangente da atuação russa internacionalmente, poder-se-ia argumentar que o importante para Moscou seria a garantia de uma zona de influência que lhe permitisse penetrar no Oriente Médio, como é o caso do Irã.

Todavia, considerando que o grau de envolvimento da Rússia, em caso de algum ataque ao Irã, se limite à venda do sistema antimíssil, os custos para Moscou seriam mínimos, ao passo que o Irã arcaria, obviamente, com todas as conseqüências.

Vale a pena frisar que o governo iraniano criticou fortemente o atraso da entrega de um reator nuclear por parte da Rússia. Este reator se destinaria à primeira estação nuclear de geração de energia no país, na cidade iraniana de Bushehr, e não estaria incluído na resolução do CS. A entrega de combustível nuclear estaria prevista para março de 2007, sendo que a geração de energia elétrica se daria em novembro do mesmo ano.

O governo russo argumentou que o atraso foi conseqüência do não pagamento do governo iraniano, que, por sua vez, defende que pagou corretamente pelo reator e pelo combustível russos. Devido ao fato de a demora se dar logo após a reunião do CS sobre o programa nuclear iraniano, argumenta-se que o atraso na entrega seria um instrumento para conter as ambições de Teerã.

Confirmando a baixa disposição em interromper seu programa nuclear, o governo iraniano descumpriu mais um ultimato do CS, que determinou, novamente, a interrupção das atividades de enriquecimento em fevereiro de 2006. Além disso, no mês anterior, o governo iraniano baniu 38 inspetores da AIEA que estavam encarregados de avaliar seu programa nuclear.

Dessa forma, foram suspensas 22 atividades de ajuda técnica nuclear ao país por parte da AIEA. Os cinco membros permanentes do CS negociam em relação à imposição de sanções mais duras no futuro. Cabe salientar que, caso o CS considere o programa iraniano uma ameaça à paz, ações mais incisivas podem ser tomadas contra o país, o que poderia incluir desde bloqueio econômico à utilização da força. Entretanto, o padrão de relacionamento mantido atualmente entre Rússia e Irã – dentro do qual pode-se enquadrar a venda do sistema antimíssil – indica a baixa disposição do primeiro em não utilizar seu poder de veto para impedir um ataque autorizado pelo CS.

Referência

Sites:

Folha Online
http://www.folhaonline.com.br

International Herald Tribune
http://www.iht.com

Mosnews
http://www.mosnews.com

Telegraph

http://www.telegraph.co.uk

The Guardian
http://www.guardian.co.uk

UN News Center
http://www.un.org/News

Washington Post
http://www.washingtonpost.com

Ver também:

28/09/2006 – Política Externa estadunidense: os programas nucleares de Argentina, Brasil e Irã

16/06/2006 – O programa nuclear do Irã: novos acontecimentos

03/05/2006 – Impasse quanto ao programa nuclear do Irã

A queda na bolsa de Xangai

Resenha
Economia & Comércio

Celeste Cristina Machado Badaró
16 de março de 2007

O anúncio de que o governo chinês aumentaria os mecanismos de controle de capital levou a uma queda na bolsa de Xangai e, num efeito dominó, às do mundo todo. No entanto, a crise também está ligada a outros fatores menos imediatos, como a possibilidade de recessão nos Estados Unidos e de diminuição no crescimento econômico chinês.

No dia 27 de fevereiro de 2007, a bolsa de Xangai caiu quase 9% após o rumor de que o governo chinês **imporia controle** sobre o capital financeiro no país[1]. A queda da bolsa de Xangai criou uma onda de vendas de ações e quedas em todas as bolsas do mundo, que caíram aos índices mais baixos desde os ataques de 11 de setembro.

Se efetivado, o controle de capitais diminuiria o fluxo de capital que chega à China, reduzindo a quantidade de dinheiro na economia e desacelerando seu crescimento. Essa medida seria parte de um programa maior com o objetivo de conter o crescimento acelerado da economia do país, que já vem sendo diagnosticada como superaquecida por diversos economistas e membros do governo chinês.

Além disso, a queda veio após um período de constantes altas na bolsa chinesa, que já vinha sendo caracterizada como uma "**bolha especulativa**"[2] por especialistas e políticos, como o vice-presidente do Congresso chinês, numa entrevista ao *Financial Times* em 30 de janeiro de 2007.

Aos receios de um estouro na bolha especulativa e uma freada no crescimento chinês, somou-se o de que a economia americana estaria à beira de uma recessão, como afirmou o ex-presidente do Federal Reserve, o Banco Central estadunidense (FED, sigla em inglês), Alan Greenspan, numa entrevista ao *The Wall Street Journal* em 26 de fevereiro de 2007.

A economia capitalista é caracterizada por ciclos, em que um período de crescimento é seguido por um de recessão. Como a economia estadunidense, e, junto com ela a economia mundial, está passando por um período de crescimento pelos últimos seis anos, alguns já tem esperado que ela entre em recessão daqui a pouco tempo. Os acontecimentos que antecederam a queda histórica tornaram mais plausível um risco de recessão imediata, o que

[1] Impor controle sobre o capital significa colocar alguma barreira para seu movimento, como cobrar impostos pelos lucros remetidos ao exterior, proibir que o capital saia do país, determinar que somente uma porcentagem do capital pode voltar ao país de origem etc. Ver glossário do site www.pucminas.br/conjutura

[2] Uma bolha especulativa acontece quando o preço de ações sobe muito, mas não há uma razão concreta para sua valorização. Quando os investidores percebem que a valorização é infundada, todos tentam vender seus papéis, "estourando" a bolha e reduzindo as ações a preços baixíssimos.

assustou os investidores financeiros. Todos tentaram se antecipar a uma possível queda nos valores de ações e puseram seus papéis à venda, causando a própria queda e fazendo com que 140 bilhões de dólares simplesmente "desaparecessem" em um dia[3].

Mesmo que os rumores tenham sido desmentidos pelo governo chinês e o mercado financeiro tenha voltado a uma calma relativa, ainda não se sabe se esse foi um momento isolado de histeria ou o prelúdio de turbulências maiores. Apesar do retorno das bolsas aos níveis anteriores à crise, o risco de recessão nos Estados Unidos e de desaceleração da economia chinesa, causadores da crise, ainda não podem ser descartados.

Além de Greenspan, outros analistas apontam para o risco de recessão na economia estadunidense para esse ano ou o início do ano que vem. De acordo com projeções, a economia do país dá sinais de fraqueza: as margens de lucro das empresas estão caindo, o que indica o fim de um ciclo de expansão econômica, como o que vem acontecendo desde 2001. O setor público também vai mal: de acordo com projeções, o déficit orçamentário do governo estadunidense deve chegar aos US$ 9 trilhões até o fim do ano, devido aos gastos militares e aos cortes de impostos realizados pela administração George W. Bush. A economia dos Estados Unidos também vem tendo déficits em transações correntes no Balanço de Pagamentos, o que significa que o país gasta mais do que produz, se endividando. Todos esses são sinais de que o país está perdendo fôlego e está prestes a enfrentar um período de inflação e recessão.

Esses fatores vêm se acumulando há algum tempo – na verdade, a economia estadunidense já estaria em recessão não fossem os gastos militares, que ajudam o país a crescer ao estimular a indústria bélica – mas somente o alerta de Greenspan os deixou claro para os investidores e para os agentes econômicos em geral.

Se a maior economia do mundo entrar em crise, o resto dos países dificilmente escapará de ter também problemas econômicos. O crescimento econômico chinês seria a forma de diminuir esse efeito, mas a China dá sinais de que pretende pisar no freio de seu crescimento descontrolado. A malfadada tentativa de impor controle de capital e o anúncio, na semana seguinte, de que aumentaria a taxação sobre empresas estrangeiras (o que pode diminuir um dos motores do crescimento do país, o investimento estrangeiro) são prova disso. Além disso, a economia chinesa não tem condições de manter seu crescimento por muito tempo.

Depois de reformas feitas no final da década de 1970 com o objetivo de tornar a economia mais voltada para o mercado, a China tem crescido a uma taxa média de cerca de 10% ao ano. É duvidoso que esses números se mantenham por muito tempo. Vários setores da indústria dão sinais de superaquecimento, ou seja, estão operando a um ritmo maior que sua capacidade, podendo entrar em colapso. A China também está prestes a enfrentar inflação devido aos chamados "gargalos do crescimento", que é o que acontece quando um setor tem capacidade de aumentar sua produção, mas outros chegam ao seu limite[4]. Se não houver investimentos em infra-estrutura, o país

[3] Como o dinheiro pode "desaparecer": quando vários agentes financeiros tentam vender suas ações ao mesmo tempo, seu preço cai, devido a mecanismos de oferta e demanda (aumento da primeira e diminuição da segunda). Assim, por exemplo, alguém que tinha $1000 em ações viu seus investimentos diminuírem para $910.

[4] Os gargalos geram inflação da seguinte forma: digamos que a indústria automobilística tem capacidade de crescer, mas a indústria de peças não. Se a demanda por automóveis cresce, a indústria automobilística tenta aumentar sua produção, mas não consegue, já que não tem como comprar peças. Assim, ao invés de aumentar sua produção, ela aumenta o preço do automóvel.

chegará rapidamente à sua capacidade total de produção, não tendo condições de crescer mais. O crescimento do país também esbarra no problema da dependência chinesa do exterior para o fornecimento de energia para sua indústria e população crescentes. Outro problema é que o investimento, tanto em capital humano quanto em infra-estrutura, são baixos na China, principalmente se comparada ao de seus vizinhos, como a Índia[5]. Sem investimento, a China chega cada vez mais perto de sua capacidade máxima de produção, e, quando isso ocorrer, uma crise inflacionária e recessão são certas.

Se a recessão americana de fato ocorrer, a China poderia amenizar seus efeitos para o resto do mundo, já que um país raramente cresce sozinho. Para crescer, precisa importar matérias-primas de outros países. Além disso, um país em crescimento gera retorno sobre o investimento que ele recebe do exterior, gerando rendimentos para os países investidores.

Com o atual receio de que os Estados Unidos estejam à beira de uma crise econômica, uma China forte e crescendo a 10% ao ano é essencial para que o mundo não mergulhe numa recessão semelhante à da década de 1980. No entanto, os acontecimentos de fevereiro de 2007 mostraram que a economia chinesa ainda tem suas fragilidades. Não se pode confiar que o crescimento chinês irá continuar empurrando as demais economias do mundo para frente em caso de uma possível recessão nos Estados Unidos, já que o país tem seus próprios problemas para se preocupar.

[5] De acordo com a Confederação de Indústria Indiana, a taxa de retorno de investimento chinesa é de 14%, contra 19% da Índia. (KPMG Manufacturing in India Report).

Referência

Sites:

China Daily
http://www.chinadaily.com.cn

China Digital Times
http://chinadigitaltimes.net/

CNN International
http://edition.cnn.com/

Folha Online
http://www.folhaonline.com.br

KPMG International
http://www.kpmg.com

Power and interest news report
http://www.pinr.com

The Economist
http://www.economist.com

China testa míssil para destruição de satélites

Resenha
Segurança

Lígia Franco Prados Mello
16 de março de 2007

No dia 11 de janeiro de 2007, a China realizou um teste de míssil anti-satélite que causou certa inquietação internacional.

A China confirmou, no dia 16 de janeiro de 2007, que realizou um teste de míssil anti-satélite no dia 11 de janeiro do mesmo ano. Um míssil balístico, de médio alcance, foi disparado do Centro Espacial de Xichang, na província de Sichuan, e destruiu um satélite chinês antigo situado a mais de 850 quilômetros de altitude.

Esse tipo de teste já havia sido realizado na década de 1980 pelas duas superpotências da Guerra Fria, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Apesar disso, o teste chinês causou certa inquietação internacional.

Pela primeira vez um míssil lançado do solo foi capaz de destruir um satélite em órbita. No passado, os Estados Unidos e a URSS utilizaram mísseis para destruírem satélites, entretanto estes foram lançados por via aérea. No entanto, todas as tentativas de destruir um satélite por meio do lançamento do solo tinham falhado até então.

De acordo com alguns estudiosos sobre estratégias militares chinesas, o país pesquisa armas anti-satélites desde 1980. Mas, os objetivos de tal teste são questionados por alguns países, como Estados Unidos e Japão.

Especula-se que a preocupação chinesa com o desenvolvimento dessas armas se deve ao fato de que a China teme que os Estados Unidos intervenham militarmente no conflito chinês com Taiwan.

Esse conflito entre China e a ilha de Taiwan ocorre desde que, em 1949, o Partido Comunista concretizou a Revolução Comunista na China. O Partido Nacionalista, denominado Kuomitang, viu-se derrotado e se refugiou na Ilha de Taiwan. Desde então, o governo central chinês considera Taiwan uma província rebelde, enquanto os refugiados consideram-se uma outra nação.

A possibilidade de um conflito armado entre Taiwan e China ficou ainda mais evidente quando, em abril de 2005, o Congresso Nacional Popular da China aprovou uma nova lei anti-secessão, que permite o uso de meios não pacíficos para a resolução das divergências, caso Taiwan declare formalmente sua independência. [Ver: A nova lei anti-secessão e as relações entre China e Taiwan].

Para muitos, não seria mera coincidência o fato de a China ter testado a arma anti-satélite duas semanas após o governo publicar um "white paper"[1] de defesa nacional, dizendo que a segurança nacional não pode ignorar mudanças. A grande mudança na segurança e integridade nacional chinesa seria a declaração formal de independência em

[1] O "white paper" é um relatório oficial, um relatório do governo que esboça uma política pretendida. É uma indicação da política do governo.

Taiwan, especialmente se apoiada pelos Estados Unidos. Lendo o "white paper", de acordo com o Asia Times, fica claro que uma preocupação da China é se preparar para uma possível guerra contra Taiwan.

Mas, acredita-se também que a intenção chinesa na condução desses testes tenha um caráter diplomático, com intuito de pressionar os Estados Unidos a negociar o tratado de banir armas no espaço[2].

De acordo com Xu Guangyu, um oficial do Exército chinês e da Associação de Controle de Armas e Desarmamento, o teste anti-satélite é uma tentativa de redefinir as "regras do jogo" e levar os Estados Unidos a alguma negociação. "O que a China está dizendo é: vamos sentar e conversar".Ele afirmou ainda que, como os Estados Unidos e a antiga URSS já fizeram testes anti-satélites na década de 1980, a China não está fazendo nada de novo.

Apesar disso, o Japão, que disputa com a China a liderança da região asiática, afirma que esse teste demonstra a vontade chinesa de imperar militarmente ali, além de representar, assim como a Coréia do Norte, mais uma ameaça militar potencial à região.

A despeito do motivo que tenha tido para realizar os testes anti-satélites, o Ministério das Relações Exteriores da China garante que o lançamento respeitou as leis internacionais. O porta-voz do Ministério, Liu Jianchao, afirma que a China defende o uso pacífico do espaço e se opõe a uma corrida armamentista, da qual não participaria.

[2] Segundo a nova versão da Política Espacial Nacional, os Estados Unidos "rejeitam qualquer limitação para operar" no espaço e poderão impedir seu uso por adversários. O país vetará tratados que pretendam banir armas no espaço.

Referência

Sites:

Asia Times
http://www.atimes.com

BBC Brasil
http://www.bbc.com/portuguese

Folha online
http://www.folhaonline.com.br

New York Times
http://www.nytimes.com

Ver também:

15/04/2005 – A nova lei anti-secessão e as relações entre China e Taiwan.

08/04/2006 – China e o revigoramento de sua capacidade militar.

07/06/2006 – Disputa entre China e Japão.

22/06/2006 – Divulgado relatório do Pentágono sobre as capacidades militares da China.

Japão indica interesse em reformular seu aparato militar

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
16 de março de 2007

Eleito em 2006, Shinzo Abe chega ao governo Japonês e segue com o programa nacionalista, porém, vai mais longe e procura modificar a constituição "pacífica" do País.

A assinatura da rendição japonesa, em 2 de setembro de 1945, deu fim aos combates na Guerra do Pacífico, o que determinava o fim da Segunda Guerra Mundial. A Declaração de Postdam, formulada dois meses antes pelo comando dos aliados, indicava, entre os termos da rendição incondicional, o desmantelamento total das forças armadas japonesas.

Dessa maneira, na nova constituição japonesa escrita em 1946 foi definido no artigo 9 que: "(...) forças terrestres, marítimas e aéreas, quanto outras capacidades militares, não serão jamais mantidas. O direito à beligerância do Estado não será reconhecido."[1] Assim, os japoneses renunciavam não apenas à guerra, mas à possibilidade de possuir forças armadas que pudessem atuar além da defesa do arquipélago japonês.

O novo primeiro ministro, Shinzo Abe, 52 anos, é o primeiro Chefe de Estado japonês nascido após a Segunda Guerra Mundial. Oriundo da tradição da direita japonesa e considerado pela oposição de esquerda como nacionalista e ultraconservador, foi eleito pelo Partido Liberal Democrata em setembro de 2006. Em 26 de janeiro de 2007, em um de seus primeiros atos como governante, anunciou um projeto para modificar a constituição "pacifista" de 1946. De acordo com ele, a constituição não se adapta às condições internacionais atuais, considerando principalmente os novos tipos de conflito que seguiram os ataques de 11 de setembro. Porém, o pronunciamento de Abe faz parte de um processo político maior que pode indicar uma lenta volta japonesa ao nacionalismo, caracterizado não apenas pelo novo programa militar, mas também por inovações na área de educação.

Manifestações antijaponesas ocorreram em Beijing em 2005, em que os manifestantes protestavam contra a política escolar japonesa, cujos livros deixavam de fora grande parte dos crimes de guerra japoneses. O exemplo mais recente é a omissão, nos livros didáticos, do grande número de "casas de conforto" freqüentadas por soldados japoneses durante a II Guerra Mundial, onde mulheres chinesas e coreanas eram obrigadas a se prostituir. Ações como essa desagradam também aos sul-coreanos que, declarando ataques à história, lentamente se aproximam de Beijing.

[1] "In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized." Constituição Japonesa, Capítulo II Renuncia à Guerra – Artigo 9

A China cresce não apenas economicamente, mas aumenta em número e capacidade suas forças militares. Esse fato fica evidente com o recente teste com um míssil anti-satélite, que teve grandes repercussões internacionais. A Coréia do Norte de Kin-Jon-Il também se coloca como ameaça constante, principalmente após a saída do país do Tratado de Não Proliferação Nuclear, em 2003. A Coréia do Sul, um dos maiores parceiros comercias japoneses, também se movimenta lentamente na região, colocando-se veementemente contra as campanhas nacionalistas japonesas. Esses fatores podem indicar uma volta do nacionalismo ao leste asiático. Somado a esses fatores está a crescente pressão estadunidense para que o Japão se fortaleça e ocupe efetivamente o lugar de fiel da balança de poder na região.

O governo estadunidense precisa de um Japão forte na região, para poder se retirar dela e ainda manter o controle. Para isso, garante apoio aos esforços japoneses, compartilhando tecnologia militar e, principalmente, fornecendo respaldo nuclear em caso de necessidade.[2]

Porém, é necessário reforçar que o Japão não passa por más condições militares. Seguindo o "*Basic Defence Force Concept*" de 2005, o Japão deve manter um nível mínimo de forças de defesa básicas: a chamada "Força de Defesa Nacional" se coloca como único aparato militar efetivo em solo japonês. E, em acordo com a Constituição, a força não pode receber investimentos maiores que 1% do PIB japonês. Em comparação com outras nações que mantêm um efetivo militar regular, os gastos japoneses são percentualmente pequenos. Porém, considerando que o PIB japonês é de US$ 4,672 trilhões, o 1% destinado a gastos militares se equipara aos gastos do Reino Unido (US$ 48.3 bilhões), da França (US$ 46.2 bilhões) e aos da própria China (US$ 41 bilhões)[3].

O efetivo da Força Nacional é de mais de 150 mil homens, trabalhando com tecnologia de ponta em uma força que procura agir quase sempre de maneira unificada ou em operações conjuntas. Como um exemplo, pode-se fazer uma comparação com a força brasileira: o Brasil conta atualmente com cinco submarinos em sua marinha, enquanto o Japão possui 16 na Força de Defesa Nacional, todos presentes apenas para proteger o Japão de possíveis ameaças.

Para mudar a constituição, Abe precisa da oposição para apoiar, por maioria qualificada, um referendo que autorize a revisão da constituição e a mudança da "Dieta", que exerce o poder legislativo. Junto a esses entraves, existe ainda resistência por parte de alguns membros do próprio partido, além de prováveis protestos por parte de Beijing e Seul.

A condição atual, tanto do gabinete japonês, quanto das capacidades da Força Nacional de Segurança, indicam que o movimento de Abe pela mudança da constituição é apenas uma pequena parte de um plano maior. O Japão não precisa de maiores orçamentos para incrementar a defesa do seu território e garantir a segurança nacional. Quanto à participação em missões de paz, Abe já garantiu um maior envolvimento da Força Nacional antes mesmo de anunciar qualquer desejo de reforma.

É importante ressaltar que o Japão, como estado soberano, tem direito a possuir um aparato militar completo, fato que pode justificar ações como a de Abe. Além disso, as condições militares internacionais realmente se modificaram muito desde a implementação da constituição japonesa de 1946: não apenas a evolução da tecnologia de armamentos,

[2] National Defence Program Guideline – 2005: "To protect its territory and people against the threat of nuclear weapons, Japan will continue to rely on the U.S. nuclear deterrent."

[3] World Factbook

mas os tipos de combate e a própria balança de poder estão em constante alteração. Uma mudança na constituição, para a eventual reconstrução de um efetivo militar convencional pode parecer um passo ousado da nova administração japonesa, porém pode também ser um passo necessário.

Referência

Sites:

House of Concillours – Poder Legislativo Japonês
http://www.sangiin.go.jp

Power and interest news report
http://www.pinr.com

Gabinete do Primeiro Ministro japonês
http://www.kantei.go.jp

Foreign Affairs
http://www.foreignaffairs.org

Le Monde Diplomatique
http://diplo.uol.com.br

World Factbook
https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html

O Preço da Energia

Resenha
Integração Regional

Diego Marques Morlim Pereira
24 de março de 2007

Paralelamente à política de Evo Morales quanto ao gás natural boliviano, desde dezembro de 2006 os ministros da fazenda de Brasil e Paraguai discutem um possível ajuste de preços da energia gerada pela Usina Binacional de Itaipu, reclamação esta bastante antiga dos paraguaios.

Lula e o PT apoiaram as eleições dos últimos governos da Bolívia e do Paraguai na tentativa de garantir aliados políticos e o fortalecimento das relações na América do Sul. Contudo, o governo brasileiro não esperava que fosse ter tantos problemas e desgastes com os mesmos governos que foram apoiados por ele. A questão do gás natural passou a ser o primeiro ponto de desequilíbrio do governo boliviano frente ao brasileiro. Paralelamente a essa negociação envolvendo Brasil e Bolívia, o governo brasileiro discute com o paraguaio os valores da energia gerada em Itaipu. Um dos candidatos às eleições paraguaias em 2008, Fernando Lugo, assim como o presidente atual, Nicanor Duarte, defende a revisão do tratado que rege a Hidrelétrica de Itaipu na fronteira, inaugurada em 1984, e que tem gerenciamento conjunto de Brasil e Paraguai.

O Tratado de Itaipu, assinado pelos presidentes Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) e Alfredo Stroessner (1954-1989) em 1973, que visava ao interesse comum em realizar o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, proíbe a venda de um possível excedente na produção energética a terceiros, o que limita a exportação de energia não utilizada pelo Paraguai ao Brasil. Lugo não é o primeiro paraguaio que acusa o Brasil de pagar pouco pela energia, sugerindo a existência de relações imperialistas[1]. Indica ainda que o preço de mercado seria aproximadamente sete vezes superior ao pago pelo Brasil. Sua vitória nas eleições possivelmente criaria novos problemas para Brasília

Em 2006, Evo Morales surpreendeu o governo brasileiro ao nacionalizar o petróleo extraído pela Petrobrás em território boliviano. A opinião pública brasileira e mundial percebia que o jogo de barganha na América do Sul poderia ser modificado com a ascensão de novos governantes de países, até então, periféricos. A repercussão desse evento causou mal-estar ao governo brasileiro, uma vez que esse apoiou a eleição de Morales. A dependência que o Brasil tem pelo gás natural boliviano tem de ser considerada. Depois da nacionalização dos hidrocarbonetos, decidida por Morales em maio de 2006, a quantia de gás importado chegou, ainda naquele ano, à metade do consumo brasileiro. O gás natural abastece milhares de indústrias no centro e sul do Brasil, bem como muitas

[1] Por relações imperialistas, nesse caso, sugere-se relação de dominação, uma vez que parte consistente da economia paraguaia é regida em torno de exportações, entre outros produtos, de energia para o Brasil.

centrais termoelétricas consideradas indispensáveis no plano energético nacional.

O aumento de 6% acordado no último mês preocupa a indústria e obriga empresários brasileiros a buscarem soluções alternativas, como a produção do gás a partir do carvão mineral. Contudo tal alternativa exigiria um prazo longo – calcula-se que a auto-suficiência nacional será alcançada na próxima década – e que o torna inviável para a economia do país. Mesmo a Petrobras, que assinou o contrato para importar gás boliviano e construiu o gasoduto entre os dois países, acelerou seus planos de extrair mais gás natural em território brasileiro.

Por outro lado, o Brasil, para sustentar o crescimento econômico planejado de 5% ao ano e para afastar o risco de "apagões" como os de 2001, depende da eletricidade paraguaia. O encarecimento da mesma pode gerar desconforto para o governo brasileiro frente à população, que teria que suportar mais uma elevação dos custos da energia, e, também, frente à indústria, que busca sobrevida já com sua competitividade comprometida pela valorização do real[2].

Outra questão relativa à Itaipu Binacional, é o reajuste autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o ano de 2007. A hidrelétrica informa que o aumento foi influenciado pela defasagem cambial entre Brasil e Paraguai; pela inflação estadunidense, que tinha impacto direto nos serviços da dívida[3] e *royalties*; o pagamento de novas unidades geradoras; e os futuros investimentos em atualização tecnológica da usina, programados para 2007. O repasse para os consumidores, contudo, não será imediato, dependendo dos reajustes impostos por cada distribuidora.

Os governos paraguaio e boliviano vêem na energia de Itaipu e no gás natural, respectivamente, oportunidades singulares para tirar da extrema pobreza milhões de seus habitantes. O compartilhamento da produção energética não necessariamente incentiva a integração entre países da América do Sul, mas pode gerar uma relação de dependência, disputas e ressentimentos entre eles. Com o acordo que aumenta o preço do gás natural importado da Bolívia, assinado em fevereiro de 2007 com o Presidente boliviano Evo Morales, Lula tentou findar uma discussão que se iniciava e que tinha o argumento de o Brasil estar cada vez mais se aproximando de um ator, se não imperialista, hegemônico na região.

[2] Maior valorização do real gera um aumento do nível das importações e diminuição do nível de exportações uma vez que os produtos brasileiros ficam mais caros. Essa combinação é fatal para o fôlego industrial de uma economia.

[3] Desde janeiro de 2007, depois da Cúpula do Mercosul em que os presidentes mantiveram uma reunião paralela, foi eliminada a "dupla indexação" da dívida de Itaipu. Isto é, a dívida, que antes era corrigida a uma taxa de 7,5%aa mais a inflação dos EUA, passou a ser corrigida só pela taxa de 7,5%aa.

Referência

Sites:

Adital

http://www.adital.com.br

Agência Brasil

http://www.agenciabrasil.gov.br

O Globo

http://oglobo.globo.com

Itaipu Binacional

http://www.itaipu.gov.br

Ministério das Relações Exteriores

http://www.mre.gov.br

Petrobrás

http://www.petrobras.com.br

Ver também:

16/02/2006 – Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul

17/05/2006 – A Bolívia e o Contexto Regional

18/05/2006 – Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes
Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: http://www.pucminas.br/conjuntura